



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº /2019

(Do Sr. POMPEO DE MATTOS – PDT/RS)

Apresentação: 03/12/2019 17:41

RIC n.1722/2019

Solicito informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Infraestrutura, **TARCÍSIO GOMES DE FREITAS**, por meio da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), sobre o número de provedores de internet habilitados a trabalhar no Estado do Rio Grande do Sul.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que *seja recebido e processado o Requerimento de Informações dirigido ao* Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Infraestrutura, **TARCÍSIO GOMES DE FREITAS**, por meio da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), para que informe sobre o número de provedores de internet habilitados a trabalhar no Estado do Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, novembro de 2019.

POMPEO DE MATTOS

Deputado Federal

Vice-líder

PDT/RS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº /2019

(Do Sr. POMPEO DE MATTOS – PDT/RS)

Apresentação: 03/12/2019 17:41

RIC n.1722/2019

Solicito informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Infraestrutura, **TARCÍSIO GOMES DE FREITAS**, por meio da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), sobre o número de provedores de internet habilitados a trabalhar no Estado do Rio Grande do Sul.

A Sua Excelência o Senhor
TARCÍSIO GOMES DE FREITAS
Ministro de Estado aa Infraestrutura

Senhor Ministro,

Solicito a V. Exa., com base no § 2º, do art. 50¹, da Constituição Federal, informações sobre a situação envolvendo a oferta do serviço por intermédio de provedores de Internet de Banda Larga no Estado do rio Grande do Sul.

O objetivo é que seja informado:

- a) Quantas empresas provedoras de Internet Banda Larga estão habilitadas a trabalhar no Estado do Rio Grande do Sul?
- b) Qual o percentual que cada empresa provedora de Internet tem no mercado gaúcho?

¹ § 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- c) Se há municípios que não tenham cobertura por empresa provedora de Internet?
Se positiva a resposta, quais são?

Sala das Sessões, novembro de 2019.